



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Procuradoria Regional do Trabalho da 21ª Região - CNPJ 26.989.715/0061-43
Chefia de Gabinete do Procurador-Chefe
Rua Poty Nóbrega, 1941 - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP 59056-180
Tel. (84) 4006-2800 - www.prt21.mpt.mp.br - prt21.gabinete@mpt.mp.br

**#Chega de
Trabalho
Infantil**

Processo: PGEA 20.02.2100.0000780/2026-20

Partes: Interessado(a)(s): Pratica Sst Ltda, Roberto Moreno Mendonça

Assunto: TEMAS: 01.02.04.03. - Mão de Obra Não Residente, 01.03.02.01. - Profissional, Clínica e Hospital Credenciados

Observação: Processo Autuado com vistas à contratação do serviço de perícia médica a fim de atender às necessidades da PRT21.

DECISÃO nº 268.2026

Considerando o Parecer da Assessoria Jurídica, que, com fundamento no art. 53, caput e § 4º, da Lei nº 14.133/2021, manifestou-se pela legalidade da contratação direta por dispensa de licitação, na modalidade não eletrônica, com fundamento no art. 75, inciso II, da referida Lei, bem como na Nota Técnica nº 05/2024 da PGT, ressaltando a necessidade de nova consulta ao SICAF da empresa PRATICA SST LTDA e da comprovação da regularidade do FGTS;

Considerando que foram atendidos os requisitos legais e procedimentais necessários bem como a declaração da Dispensa de Licitação (DESPACHO nº 2904.2026), com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021;

Considerando as atribuições delegadas ao Procurador-Chefe, por meio da Portaria PGT nº 17282017, em especial o § 2º, XIV, do artigo 1º, que consiste em ratificar as declarações de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

Decido autorizar a contratação, ratificando a presente dispensa, nos termos da legislação vigente, com base na Portaria PGT nº 17282017, em especial o § 2º, XIV, do artigo 1º, que consiste em ratificar as declarações de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

À Divisão de Orçamento e Finanças da PRT21 para prosseguimento

das providências necessárias à formalização da contratação, devendo, previamente à emissão da Nota de Empenho, ser realizada nova consulta ao SICAF da empresa PRATICA SST LTDA, bem como ser verificada e juntada aos autos a comprovação da regularidade do FGTS, em atendimento à ressalva consignada no Parecer Jurídico.

Natal, 16 de outubro de 2026

(assinado eletronicamente)

ANTONIO GLEYDSON GADELHA DE MOURA

PROCURADOR-CHEFE